

# Uma Babel Colonial



Graças à ação missionária e a integração ao mercado mundial, a língua portuguesa conseguiu se impor diante de centenas de outras, mas só no século XIX, em todo o território brasileiro

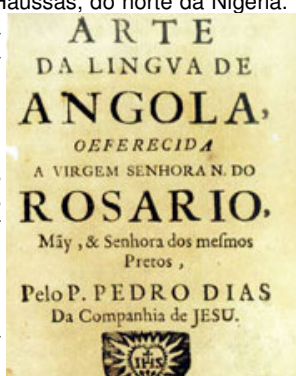
Desde o momento em que os portugueses puseram o pé (e a boca) na *Terra Brasilis*, eles depararam com mais de 300 línguas indígenas. O idioma português travou uma luta de resistência e assimilação por três séculos, enfrentando culturas, dialetos africanos e muitas línguas: francês, holandês, espanhol, latim, inglês, italiano, tupinambá, *nheengatu*...

A evangelização de índios e negros, a política de imposição da língua portuguesa adotada pela Coroa e o marquês de Pombal em 1770 e a integração do mercado exportador são fatores decisivos para se entender essa grande mistura que formou, e forma, a nossa língua, um dos elementos da unidade nacional que só conseguiu se impor às vésperas da Independência, no século XIX.

De início, os portugueses encontraram aqui uma verdadeira Babel indígena. Na costa brasileira e na bacia dos rios Paraná e Paraguai, os índios pertenciam ao tronco linguístico Tupi, que reúne os Guarani ao sul e os Tupi na costa, que falavam o *Tupinambá* ou línguas afins, mas não idênticas. Na região central do Brasil, encontravam-se as línguas Macro-jê. Eram tantas as línguas na bacia amazônica, que o célebre padre Antônio Vieira, em 1683, escrevia que "houve quem chamou o grande rio das Amazonas rio Babel", o que lhe pareceu pouco "porque na Torre de Babel, como diz São Jerônimo, houve somente setenta e duas línguas, e as que se falam no rio das Amazonas são tantas e tão diversas, que se lhes não sabe o nome, nem o número". Do contato entre missionários, índios Tupi missionados e aculturados, e não índios, surgiram as línguas gerais, ou seja, comuns a diferentes grupos, tendo como base a língua do tronco Tupi - a língua geral paulista (ou do Sul) e a língua geral amazônica. Ao final do século XVII, os jesuítas e missionários de outras ordens difundiram, na Amazônia, o Tupinambá, falado pelos índios da região que vai do litoral do Maranhão até a foz do Tocantins. O Tupinambá, sob a influência de outras línguas da área, e da ação dos caboclos, deu origem ao *nheengatu*, a língua geral amazônica.

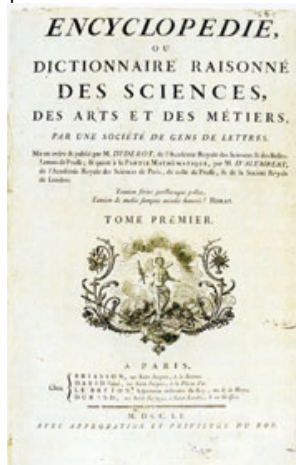
Às línguas indígenas, somaram-se as africanas. Os negros que vieram para cá, em geral da costa ocidental da África, pertenciam a três grandes grupos culturais. Os sudaneses, entre eles os Yoruba, os Dahomey, os Fantishanti (*minas*), e os grupos menores da Gâmbia, Serra Leoa, Costa da Malagueta e Costa do Marfim. Os islamizados, como os Fula, os Mandinga e os Haussás, do norte da Nigéria. E as tribos Bantu, do grupo congongolês, de Angola e de Moçambique. Entre esses grupos havia centenas de dialetos, além de hostilidades, que prejudicavam a interação na colônia. Um exemplo da agressividade entre os nascidos na América e os recém-chegados da África é a rebelião em 1789 no Engenho de Santana, na Bahia, quando os escravos propuseram ao senhor, dentre outras reivindicações, um tratado no qual aceitavam voltar a trabalhar se as tarefas mais pesadas fossem deixadas para os seus *pretos-minas*.

E preservar aqui as línguas africanas não foi nada fácil: o colonizador português não deu trégua,



combatendo as línguas e evitando até a concentração de escravos de uma mesma etnia nos navios negreiros e nas propriedades coloniais - uma tática para diminuir as resistências dos africanos e descendentes à escravização. Essa política, a variedade de línguas e as hostilidades que os negros trouxeram dificultaram a formação de núcleos solidários que garantissem a retenção do patrimônio cultural africano, incluindo-se aí suas línguas. Só no campo da evangelização houve maior flexibilidade do colonizador em relação às línguas africanas. O mesmo padre Antônio Vieira, em 1691, referindo-se à Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro, afirmava que era preciso que os negros fossem catequizados em suas línguas: "Sendo muito maior, sem comparação, o número dos negros que o dos índios, assim como os índios são catequizados e doutrinados nas suas próprias línguas, assim os negros o são na sua." E acrescentava que nos colégios dessas localidades havia "operários muito práticos" nas línguas africanas e "várias escolas das mesmas línguas" no Brasil, tantas "quanto a variedade delas, e que os religiosos não passavam a outros estudos [...] sem primeiro serem examinados e aprovados" na língua em questão. Tanto que em 1697 foi impressa pela Companhia de Jesus uma *Arte da Língua de Angola*, feita pelo padre Pedro Dias, do Colégio da Bahia

Mas nem sempre os negros foram prisioneiros da diversidade linguística que os dividia e ao longo do período colonial houve várias tentativas de construção de uma identidade comum entre os escravos: a formação de quilombos, a realização de revoltas e a organização de batuques e calundus (rituais semelhantes ao candomblé) são evidências disso. Em Minas Gerais, em algumas casas chefiadas por mulheres, danças e batuques proibidos então tiveram guarida e as línguas africanas puderam emergir. Os registros desses rituais, no entanto, não permitem identificar a língua utilizada, pois afirmam tratar-se apenas de "língua que ninguém entendia", deduzindo daí sua origem africana. Uma exceção é o ritual do Acotundá, praticado no arraial de Paracatu, nas Gerais de meados do século XVIII, que documenta o uso da "língua de Courá", pertencente ao grupo linguístico Yoruba.



Primeiro tomo, com gravura, da Enciclopédia de Diderot e d'Alembert, de 1751. Os chamados Inconfidentes do Rio de Janeiro foram acusados, em 1794, de falar sobre a liberdade depois de terem lido alguns textos na língua francesa contra os monarcas

Algumas línguas europeias tiveram um domínio regional e de tempo restrito. O espanhol, em São Paulo, durante a união das Coroas de Espanha e Portugal (1580 a 1640), e no Sul, acompanhando os confrontos entre portugueses e espanhóis em torno da expansão territorial. Mais secundariamente o francês, no Rio de Janeiro e no Maranhão, quando se tentou estabelecer as colônias da França Antártica (1555) e da França Equinocial (1612), respectivamente. E o holandês, no Nordeste, em Pernambuco e Paraíba, também no século XVII.

O português enfrentou outras línguas concorrentes nos campos do conhecimento, da religião e da educação. O latim era a língua dos rituais e livros católicos: a missa, o breviário e os cantos eram em latim, tendo os sacerdotes que pronunciá-lo com maestria. Os livros eram escritos em latim, a língua culta por excelência, e o seu ensino ganhou destaque na educação. O latim enraizou-se no universo dos letrados, servindo como modelo, ao lado do espanhol e do italiano, para a produção poética. O espanhol era outra língua erudita. Poetas, como Gregório de Matos, escreviam em

espanhol, muito valorizado nos círculos da elite portuguesa de 1600. O padre Vieira, em 1692, em carta a Francisco Barreto, cónego e tradutor de seus escritos, confessava o grande receio que tinha de que, na língua portuguesa, perdessem a graça e energia da castelhana.

### Quando o francês substituiu o latim como língua erudita, também trouxe as idéias revolucionárias do período das luzes e da revolução Francesa

Ao fim do século XVIII houve a substituição do latim pelo francês como língua erudita. Junto com a língua francesa, surgiram as associações com ideias subversivas, em parte por causa das Luzes e da Revolução Francesa. Os chamados Inconfidentes do Rio de Janeiro, em 1794, por exemplo, foram acusados, por José Bernardo da Silveira Frade, de falar sobre a "liberdade, depois de haverem lido alguns discursos na língua francesa contra a Soberania dos Monarcas", desenvolvendo "várias reflexões tendentes a fazer odiosas as monarquias, mostrando uma grande paixão contra elas e inclinação às repúblicas". O mesmo denunciante acrescentava que o pardo Antônio Joaquim tinha sido admitido nas conversas com os supostos conspiradores "por saber bem francês". Cipriano José Barata d'Almeida, homem branco, cirurgião, envolvido na

Inconfidência Baiana de 1798, teve vários livros em francês apreendidos pela repressão. Escritos franceses, na mesma Bahia, em 1798, foram traduzidos para o português e chegaram ao conhecimento de homens simples e até mesmo de escravos. Manuel José de Melo declarou que os envolvidos na Conspiração Baiana "aliciavam escravos para o mesmo levante; e que, ao fim de habilitarem algumas pessoas para ele, havia uns cadernos, que tinham sido traduzidos do francês em português, nos quais se tratava de matéria sediciosa". Mas não eram só os contestadores que se interessavam pela língua francesa: boa parte dos oficiais do general Luís do Rego Barreto, ligado à repressão na Revolução Pernambucana de 1817, falava corretamente o francês, por exemplo.

O inglês iniciou sua influência como língua culta em fins do século XVIII: se, em Mariana, o cônego Luís Vieira da Silva, erudito envolvido na Inconfidência Mineira de 1789, possuía livros ingleses em sua biblioteca, no Rio de Janeiro, o suposto conjurado Mariano José Pereira, em 1794, dizia ter lido os *Correios de Londres* e também "algumas folhas volantes escritas na língua inglesa".

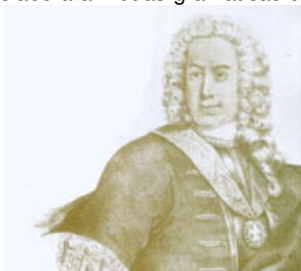
Mas como a língua portuguesa conseguiu se impor às outras? Os seus avanços variaram no tempo e no espaço, a partir de alguns fatores. O primeiro deles foi a vinculação das economias regionais com o mercado internacional e a consequente participação de portugueses e africanos: nas áreas em que houve integração com o mercado externo e maior presença de portugueses e africanos, a difusão da língua portuguesa se deu mais rapidamente. Como no Nordeste, exportador de açúcar desde meados do século XVI, onde o português predominava no início de 1600. Já em São Paulo colonial, que permaneceu relativamente à margem da economia de exportação, com uma menor quantidade de africanos e usando continuamente o braço escravo indígena, a *língua geral* difundiu-se por todas as camadas sociais, mantendo-se dominante até metade de 1700. Em Minas Gerais, a eliminação dos povos e das línguas indígenas foi intensa, em função do desenvolvimento urbano acentuado e da força da mineração no conjunto da economia, assentada no uso do escravo africano. Só nas fronteiras das áreas de colonização houve espaço para as línguas indígenas. Mas os paulistas que foram para Minas encarregaram-se de disseminar, pelo menos no princípio, a língua geral do Sul, daí a origem indígena de uma série de nomes geográficos em Minas Gerais, em Goiás e Mato Grosso.



À esquerda, a primeira edição da gramática da "língua mais usada na costa do Brasil", do padre José de Anchieta, de 1595: os jesuítas valorizaram os idiomas nativos, como o Tupinambá, no processo de colonização

**Ao contrário dos missionários, que prestigiavam os idiomas nativos, o marquês de Pombal obrigava o uso da língua portuguesa para garantir a obediência ao monarca**

A presença de missionários foi um segundo fator importante para a difusão da língua portuguesa, ou melhor, para a sobrevivência das línguas indígenas. No litoral, os missionários contribuíram para a preservação, divulgação e transformação do Tupinambá. Como imposição da própria evangelização, os jesuítas estudaram o Tupinambá, traduziram cantigas sacras, produziram gramáticas - a de José de Anchieta, em 1595, e a do padre Luís Figueira, em 1621. E em 1575, publicaram traduções do pai-nosso, da ave-maria, do credo, e trabalharam coletivamente na elaboração de um catecismo, editado em 1618, com o nome *Catecismo na língua brasílica*. José de Anchieta elaborou composições na língua Tupinambá e em seus autos, encenados em várias partes do país, a língua brasílica era pronunciada ao lado do português e do espanhol. Ao mesmo tempo, os jesuítas tornaram obrigatório o aprendizado da língua para todos os irmãos da companhia. O padre Antônio Vieira, em 1672, registrava, por exemplo, saber "a língua do Maranhão e a portuguesa", língua com as quais dizia servir à sua "pátria" e ao seu "príncipe". Na primeira metade do século XVII, no território controlado pela Espanha, área sob a influência do Paraguai, os missionários elaboraram duas gramáticas do Guarani, a de Alonso de Aragona, e a de Antônio Ruiz de Montoya, que também publicou um catecismo e dois dicionários, Espanhol-Guarani e Guarani-Espanhol.



Em franco contraste com a visão dos missionários de valorizar as línguas brasílicas, no reinado de d. José I, de quem foi ministro poderoso Sebastião José de Carvalho e Mello, conhecido pelo título de marquês de Pombal (1750 a 1777), implantou-se uma política de imposição da língua portuguesa,

surgindo assim o terceiro fator de difusão do idioma português. Em 1770, Pombal ordenou aos mestres de língua latina que, ao receberem seus alunos, os instruissem previamente, por seis meses, na língua portuguesa, usando a *Gramática portuguesa*, composta por António José dos Reis Lobato. E no Grão-Pará e Maranhão, área em que a nova política de língua foi mais incisiva, procurou difundir o português para legitimar a posse da terra e coibir o uso do *nheengatu*, temido como forma de os missionários controlarem os índios. Esta política de imposição da língua portuguesa tinha um sentido claro de promover a dominação dos povos e a obediência ao monarca. Segundo um documento oficial da época, "foi máxima inalteravelmente praticada em todas as Nações, que conquistaram novos domínios, introduzir logo nos Povos conquistados o seu próprio idioma, por ser indisputável, que este é um dos meios mais eficazes para desterrar dos Povos rústicos a barbaridade dos seus antigos costumes e ao mesmopasso, que se introduz nele o uso da Língua do Príncipe, que os conquistou, se lhes radica também o afeto, a veneração, e a obediência ao mesmo Príncipe".

De acordo com esta orientação, a Coroa renomeou as aldeias indígenas com nomes de localidades portuguesas, proibiu o uso de outra língua que não o português e incentivou o seu ensino. Primeiro, através de escolas locais e, depois, de seminários que abrigavam apenas alunos de elite sob regime de internato. Só os seminários tiveram êxito e o português, no Grão-Pará, atingiu apenas as elites, enquanto o *nheengatu* avançou com força até o século XIX, sobrevivendo em alguns locais até os nossos dias.

Mas a conjugação desses fatores resultou na implosão da Babel ameríndia, mas não em sua total eliminação. Logo depois de 1500, havia o predomínio das línguas indígenas em todas as partes da América portuguesa e, nas áreas de colonização europeia, das línguas de origem tupi. A princípio, portugueses e espanhóis, ou mesmo outros europeus, como os franceses, instalaram-se na costa brasileira, individualmente ou em pequenos grupos, misturando-se com os brasis, adotando seus costumes e suas línguas. Na parte do território brasileiro sob a jurisdição da Espanha até 1750, em área fronteira ao Paraguai, Uruguai e à Argentina, os colonizadores preocuparam-se, primeiro, em fazer alianças com os Guarani através de uniões com as índias. Com isso, formou-se uma população mestiça e bilingue, que falava a *língua geral* Guaranie, em segundo plano, o espanhol.



Sebastião José de Carvalho e Mello, influente ministro do rei d. José e mais conhecido pelo título de marquês de Pombal, que tomou obrigatório o aprendizado da língua portuguesa nos domínios de Sua Majestade

Embora no Nordeste, no século XVII, o português já fosse predominante, nas demais regiões do país o quadro continuava o mesmo. Em São Paulo, no espaço doméstico, mulheres índias uniam-se a portugueses e a mamelucos (mestiço de branco e índio), transmitindo, por gerações e gerações, costumes e língua. Lá, os escravos, em sua maioria de origem indígena, reforçavam o uso da *língua geral* na vida particular e o português existia no espaço público e nas ocasiões oficiais. A língua portuguesa era aprendida pelos poucos que frequentavam a escola dos padres e utilizada nos documentos escritos. Nas cerimônias religiosas, porém, era indispensável o recurso à *língua geral* para que a maioria dos fiéis entendesse. Na segunda metade de 1700, o idioma português avançou em São Paulo (mas sem eliminar a *língua geral do Sul*) e começou a se tornar a língua das elites no Grão-Pará e no Maranhão, onde resistia o *nheengatu*.

E somente às vésperas da Independência, em pleno século XIX, o português passou a ser a língua predominante na América portuguesa; enquanto a *língua geral do Sul* dava seus últimos suspiros em São Paulo, o *nheengatu* ainda era falado nas camadas populares no Grão-Pará, ao mesmo tempo em que várias línguas entre os índios não aculturados na Amazônia persistiam, e aqui e acolá, ainda havia descendentes africanos usando suas línguas nativas... Mas a obra de imposição da língua e de sujeição dos povos, que a colonização portuguesa irradiava, estava quase concluída.



A convivência entre indígenas e religiosos portugueses foi uma via de mão dupla; os europeus aprenderam as línguas brasileiras, enquanto os índios foram hábeis em aprender a dos colonizadores. Aqui, Aldeia dos tapuias, litografia de Rugendas da primeira metade do século XIX

